

“EU ME VEJO INDO ATÉ O BOSQUE E DEIXANDO O CARRINHO IR LADEIRA ABAIXO”: A maternidade em *Morra, amor*

“I SEE MYSELF GOING TO THE FOREST AND LETTING THE CARGO BIKE ROLL DOWN THE HILL”: Maternity In *Morra, amor*

Fabiane Pacheco da Cunha¹
Janaína dos Santos Puchalski²
Flávia Theis Junges³

Resumo: O artigo propõe uma leitura crítica do romance *Morra, amor*, de Ariana Harwicz, a partir do diálogo com a historiografia e a teoria social sobre a normatização dos corpos femininos. A narrativa, marcada por um fluxo de consciência caótico e sensorial, apresenta uma personagem materna que desafia os modelos tradicionais de maternidade. Com base em Badinter (1985), analisam-se os dispositivos históricos que naturalizaram o papel da mãe como centro moral da família. A obra evidencia uma maternidade vivida com angústia, hostilidade e desejo de ruptura, refletindo os efeitos subjetivos das imposições sociais. A personagem não representa uma anomalia, mas sim o sintoma de um modelo que opriime e silencia. Sua recusa em performar o ideal materno é lida como um gesto de subversão, trazendo a importância de se desnaturalizar a maternidade e escutar experiências que rompem com o mito da mãe ideal.

Palavras-chave: Maternidade, Literatura Contemporânea, Estudos de Gênero.

Abstract: The article proposes a critical reading of Ariana Harwicz's novel *Die, My Love (Morra, amor)*, engaging with historiography and social theory on the normalization of female bodies. The narrative, characterized by a chaotic and sensory stream of consciousness, presents a mother figure who challenges traditional models of motherhood. Drawing on Badinter (1985), this study analyzes the historical mechanisms that naturalized the role of the mother as the moral center of the family are analyzed. The work highlights a motherhood experienced with anguish, hostility, and a desire for rupture, reflecting the subjective effects of social impositions. The character does not represent an anomaly, but rather a symptom of a model that oppresses and silences. Her refusal to perform the maternal ideal is read as a gesture of subversion, highlighting the importance of denaturalizing motherhood and giving voice to experiences that break with the myth of the ideal mother.

Keywords: Motherhood, Contemporary Literature, Gender Studies.

Introdução

A vivência da maternidade constitui um tema em constante disputa no mundo globalizado. Diariamente, surgem novos produtos e abordagens apresentados como mais humanizados e adequados às mães. Nas redes sociais, multiplicam-se teorias, métodos e conteúdos sobre práticas maternas, como introdução alimentar BLW, disciplina positiva,

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); bolsista CAPES/DS. E-mail: fabiane.pacheco@acad.ufsm.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0265202846909225>.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); bolsista CAPES/DS. E-mail: janaina.puchalski@acad.ufsm.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/892855433772459>.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); bolsista CAPES/DS. E-mail: flavia.junges@acad.ufsm.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1284111069069178>.

maternidade consciente e pedagogia Montessori. Essa torrente de informações converge para uma mesma exigência: a mãe deve ser emocionalmente estável, intelectualmente atualizada, afetuosa e, simultaneamente, responsável por sua aparência, pelo marido e pelo lar. Além disso, reforça-se a noção de que a realização plena da mulher só ocorre pela maternidade.

A promessa de que tais práticas promovem o desenvolvimento integral da criança convive, no entanto, com a realidade de mães exaustas e culpadas diante de um ideal inalcançável, muitas vezes baseado em influenciadoras digitais cujas condições diferem das vividas pela maioria. Enquanto isso, a cobrança em relação ao papel paterno mostra-se consideravelmente menor, tanto nas plataformas digitais quanto na vida cotidiana. Essa lógica sustenta-se na construção de um mito da maternidade, que coloca a mulher como centro e responsável pelo equilíbrio familiar, incumbida de educar filhos e marido por deter, supostamente, um instinto natural.

O papel da maternidade ao longo do tempo foi naturalizado dessa maneira. Mas, grande parte da concepção atual dos cuidados infantis possui bases no século XVIII e foi construído socialmente. Com a construção social dos Estados modernos e o favorecimento de uma ordem econômica burguesa, houve a necessidade de maiores cuidados com as crianças, recaendo sobre as mães essa função (Moura; Araújo, 2004). Compreende-se que, historicamente, a relação mãe-criança não possui os mesmos valores e significados, assim como as concepções do que seriam práticas de maternagem também sofreram as influências das necessidades de cada momento histórico.

Na contemporaneidade, as práticas maternas ainda se fundamentam em discursos médicos e científicos que definem padrões e metas de comportamento. Esses discursos difundiram-se entre as elites por meio da valorização dos sentimentos e, nas camadas populares, através de estratégias de coerção, como punições ao abandono infantil, que obrigavam as mulheres a manterem as crianças vivas (Badinter, 1985; Moura; Araújo, 2004). Dessa maneira, construiu-se uma maternidade intrínseca à condição feminina, unindo funções biológicas ao sentimento de cuidado. Às mães passou-se a exigir comportamentos de ternura e dedicação, tratados como “intuitivos” e “naturais”, associados a uma promessa de felicidade fisiológica.

A mãe também foi transformada em exemplo de moral, modelo cristão e agente educacional, além de responsável pela alimentação e pela formação de futuros cidadãos. Assim, consolidou-se uma meta de maternidade, na qual desvios eram patologizados ou considerados anomalias, produzindo sentimento de culpa nas mulheres que não correspondiam ao padrão social estabelecido. Configura-se, desse modo, um mito

materno que associa a realização feminina à condição de ser mãe (Badinter, 1985; Moura; Araújo, 2004; Damaceno; Marciano; Di Menezes, 2021).

Embora transformada ao longo do tempo, sobretudo com os avanços tecnológicos e com as discussões sobre a paternidade, a concepção de maternidade ainda se estrutura em torno do sacrifício em prol da prole. A valorização desse papel e o consequente sentimento de culpa permanecem centrais na forma como a sociedade concebe a função materna.

Neste trabalho, propomos uma análise crítica da cobrança materna a partir do diálogo entre o livro *Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno*, de Elisabeth Badinter — importante para tensionar o que é a maternidade historicamente construída; e a obra literária contemporânea *Morra, Amor*, de Ariana Harwicz, colocando o plano de fundo de uma maternidade desviante. Utilizando a literatura como lente para compreender os conflitos históricos e subjetivos que atravessam a maternidade, investigamos o que há de desgastante no cuidado materno quando este é tratado como uma obrigação.

Metodologicamente, o presente trabalho se fundamenta em uma abordagem qualitativa e interpretativa, com foco na análise crítica de discursos sobre a maternidade a partir do entrecruzamento entre literatura, teoria feminista e estudos de gênero. Partimos da premissa de que a literatura pode funcionar como ferramenta de problematização e revelação de subjetividades, possibilitando uma compreensão mais profunda das experiências femininas, muitas vezes silenciadas ou idealizadas pelo senso comum e pelas mídias contemporâneas.

Destarte, a análise se estrutura sobre duas obras centrais: *Um Amor Conquistado: o mito do amor materno*, de Elisabeth Badinter, e o romance *Morra, Amor*, de Ariana Harwicz, como já citado. A primeira obra, de caráter ensaístico, fornece o embasamento teórico-histórico sobre a construção social da maternidade, desconstruindo a ideia de instinto materno como algo natural e universal. Já a segunda, de cunho literário-ficcional, permite visualizar de forma sensível e visceral os dilemas de uma mulher atravessada pelo sofrimento psíquico e pela inadequação diante do ideal de “boa mãe”.

Com base nas teorias dos estudos de gêneros, a proposta é refletir sobre como os discursos em torno da maternidade impõem expectativas idealizadas que anulam a complexidade da experiência feminina, como o sofrimento de depressão pós-parto, a exaustiva comparação com a maternidade perfeita e a imposição para as que não desejam ser mães. A ausência de realização pessoal com o maternar será abordada a partir da obra *Morra, amor*, a qual recentemente foi produzida no cinema, e demonstra o terror psicológico do pós-parto.

Neste sentido, a análise da obra literária será realizada com base na crítica temática e discursiva, considerando tanto os aspectos narrativos quanto os elementos simbólicos presentes no texto, articulando-os com os referenciais dos estudos de gênero e com o pensamento de autoras como Jane Almeida, Silvia Michelle Perrot, além da própria Badinter. A escolha pela literatura como objeto de análise se justifica pelo seu potencial de representar conflitos subjetivos e sociais com profundidade, tensionando normas e expectativas culturalmente estabelecidas. Dessa forma, o percurso metodológico utilizado privilegia o diálogo interdisciplinar e a escuta crítica das vozes femininas ficcionais e teóricas, com o objetivo de refletir sobre os efeitos da idealização da maternidade e seus impactos na realidade das mulheres. A maternidade será, assim, tratada não como uma essência ou destino biológico, mas como uma construção histórica e simbólica que precisa ser continuamente revisitada e questionada.

No romance a escritora argentina Ariana Harwicz rompe com os discursos idealizados da maternidade e conduz o leitor por uma narrativa densa e perturbadora. A protagonista, recém-mãe, encontra-se isolada no campo com o marido e o bebê, e é constantemente atravessada por pensamentos fragmentados, impulsos contraditórios e um sentimento de inadequação constante. A escrita de Harwicz acompanha o fluxo de pensamentos de uma mulher que se vê esmagada pelas expectativas em torno da maternidade. Ao invés de acolhimento e realização, o que emerge na realidade retratada é o desconforto, a raiva e a rejeição vivenciada pela protagonista, não apenas ao filho, mas intrinsecamente ao papel social que lhe é esperado. O romance, ao se recusar a oferecer consolo, revela justamente aquilo que a maternidade normativa tenta ocultar: que nem sempre há amor, e que, muitas vezes, o maternar pode ser vivido como uma experiência de exaustão, ambivalência e desintegração.

Neste sentido, a metodologia adotada também se apoia nos princípios propostos pela análise de conteúdo delineados por Laurence Bardin (2016). Desta forma, organizamos a leitura da obra ficcional em categorias temáticas emergentes — como culpa, recusa, isolamento e violência simbólica —, buscando identificar regularidades discursivas que apontem para uma crítica ao ideal normativo da maternidade. Ao mesmo tempo, nos orientamos pela concepção de texto e discurso entendidos como prática social, conforme proposto por Fiorin (2012), que comprehende o texto como forma e conteúdo articulados, portador de sentidos múltiplos e atravessado por condições de produção históricas. Ao que se refere a perspectiva histórica da pesquisa, fundamenta-se na perspectiva de Júlio Aróstegui (2006), que nos permite compreender a maternidade como uma construção que se transforma no tempo, e cuja análise exige atenção tanto ao

contexto em que os discursos são produzidos quanto aos efeitos que eles geram sobre os sujeitos. Nessa direção, a literatura é tratada como fonte e objeto ao mesmo tempo: um texto simbólico carregado de historicidade e de disputas sobre o que significa ser mulher e ser mãe.

Por fim, recorremos às contribuições de Núncia Constantino (2002) para reforçar a pertinência da articulação entre análise de conteúdo e pesquisa histórica, sobretudo quando se busca compreender os sentidos inscritos em representações culturais. Assim, a metodologia adotada privilegia o entrecruzamento entre discurso, linguagem e história, com o objetivo de evidenciar as tensões que atravessam a experiência materna contemporânea, como narrada em *Morra, Amor*.

A construção cultural da maternidade

A maternidade como a conhecemos hoje não é natural, nem tampouco universal. Ela é fruto de um longo processo histórico de institucionalização da família e de normatização dos papéis de gênero. Como demonstra a historiadora Michelle Perrot (1991), os séculos XIX e início do século XX foram marcados por um esforço social e político de organizar a vida privada em torno do modelo burguês de família: monogâmica, patriarcal, hierarquizada, na qual o pai detinha a autoridade legal e moral, e a mulher, confinada ao espaço doméstico, assumia o cuidado do lar e dos filhos como missão natural e nobre. A maternidade, nesse contexto, passou a ser não apenas uma função biológica, mas uma construção simbólica carregada de valores morais, afetivos e religiosos.

Perrot (1991) descreve esse como um modelo familiar que triunfou não por sua neutralidade, mas por sua capacidade de ordenar e vigiar a vida íntima de maneira eficiente. À mulher cabia representar o “coração” da família, exercendo uma forma de poder invisível, emocional, mas profundamente disciplinadora. A mãe tornou-se figura central na formação moral das crianças e, ao mesmo tempo, símbolo de sacrifício, silêncio e devoção. Esse ideal se impôs como norma, marginalizando qualquer vivência da maternidade que escapasse da docura, da entrega ou da passividade.

Tal expectativa abarcou a inserção da mulher no espaço público de trabalho brasileiro, quando se esperou que ela ocupasse cargos condizentes com o seu papel materno, ocasionando a chamada feminização do magistério. Esse discurso construiu argumentos que “alocavam às mulheres um melhor desempenho profissional na educação, derivado do fato de a docência estar ligada às ideias de domesticidade e maternidade” (Almeida, 1998, p. 64).

Durante o século XIX e início do XX, a docência tornou-se uma das poucas ocupações remuneradas socialmente aceitas para mulheres, especialmente para aquelas que não haviam se casado ou não tinham filhos. Nesse cenário, o magistério foi sendo compreendido como uma escolha compatível com os valores associados ao feminino, como o cuidado, a dedicação e a doação, frequentemente ligados à maternidade. A historiadora Guacira Lopes Louro (1997) observa que, por muito tempo, a figura da professora esteve associada à da mulher solteira. Aquela que, por não ter seguido o destino considerado natural, como o casamento e a maternidade, dedicava-se ao ensino como uma forma de realizar, simbolicamente, o papel materno. Apesar dos estigmas, esse percurso também permitia às mulheres acesso à instrução, certa presença no espaço público e alguma independência econômica, ainda que limitada (Louro, 1997).

Ao longo do tempo, criou-se uma expectativa rigorosa em torno da postura moral da professora. Sua imagem deveria ser irrepreensível, marcada por comportamentos discretos e aparência neutra. Qualquer sinal de sexualidade ou desejo deveria ser apagado de sua conduta. A vida pessoal da docente, idealmente, deveria ser reservada, sem demonstrações públicas de afeto, casamento ou maternidade. A gravidez, em especial, era vista com censura, pois evidenciava a dimensão sexual da mulher, o que contrariava o ideal da educadora pura e desprovida de desejos (Louro, 1997).

A explicação tradicional para a feminização do magistério caminha entre a baixa remuneração da docência em comparação às outras profissões. Homens instruídos, em busca de salários mais altos, migravam para outras áreas, sendo o ensino uma alternativa de trabalho para as mulheres (Oliveira; Martiniak, 2018). No entanto, essa justificativa tem sido revisitada. A pedagoga Jane Soares de Almeida (1998) considera que, além da questão econômica, houve também uma articulação planejada entre o que se esperava socialmente das mulheres e a possibilidade de ocuparem um espaço profissional compatível com essas expectativas. Dessa forma, à docência funcionava como uma forma de inserção no trabalho assalariado, sem ruptura direta com os papéis de gênero então vigentes (Almeida, 1998). A autora defende que:

O magistério primário representou o ponto de partida e o que foi possível no momento histórico vivido. E foi paixão, no sentido do desejo, do esforço, de aproveitar a oportunidade e conseguir uma inserção no espaço público e no mundo do trabalho. Após isso, alguns direitos posteriores podem ser associados à conquista do magistério pelas mulheres, como a educação feminina, a co-educação, uma certa independência econômica e pessoal, o voto, a licença maternidade e outros (Almeida, 1998, p. 75).

No Brasil, essa configuração permanece evidente nas estatísticas atuais. A Educação Infantil continua sendo majoritariamente composta por mulheres, que representam aproximadamente 90% da força de trabalho nessa etapa. Por outro lado, a presença feminina no Ensino Superior ainda é limitada, principalmente em áreas consideradas tradicionalmente masculinas (Vianna, 2002). Conforme observa Cláudia Pereira Vianna (2002), profissões como a docência e a enfermagem continuam sendo vistas como extensões da vocação feminina para o cuidado, frequentemente interpretadas como atividades ligadas a um compromisso moral. De acordo com ela, existe um binarismo que alimenta essa construção cultural de papel:

O esquema binário que situa o masculino e o feminino como categorias excludentes estende-se para definições do que é ser homem e do que é ser mulher, professor e professora em nossa sociedade. Essa dicotomia cristaliza concepções do que devem constituir atribuições masculinas e femininas e dificulta a percepção de outras maneiras de estabelecer as relações sociais. O cuidado, por exemplo, é visto como uma característica essencialmente feminina – para alguns uma responsabilidade natural, para outros, fruto da socialização das mulheres [...] criam-se, assim, vários estereótipos sobre homens e mulheres: agressivos, militaristas, racionais, para eles; dóceis, relacionais, afetivas, para elas. Em decorrência, funções como alimentação, maternidade, preservação, educação e cuidado com os outros ficam mais identificadas com os corpos e as mentes femininas, ganhando, assim, um lugar inferior na sociedade, quando comparadas às funções tidas como masculinas (Vianna, 2002, p. 93).

É precisamente contra essa imagem binária que a protagonista de *Morra, Amor*, ao não performar — ou ao fracassar em performar — a mãe amorosa e estável. A tensão que atravessa o romance de Harwicz ganha novos contornos quando lemos sua personagem à luz da genealogia proposta por Perrot: o sofrimento vivido pela mulher do romance não é individual ou patológico, mas expressão de um conflito histórico, entre uma subjetividade em ruína e um modelo de maternidade que ainda exige completude, docura e sentido. O que Harwicz faz, em última instância, é colocar em colapso o mito da mãe como centro da harmonia familiar, ao dramatizar uma experiência de recusa e exaustão diante de um papel que, embora herdado, já não encontra sustentação emocional ou simbólica.

A construção social da maternidade como destino natural da mulher é uma das mais persistentes e normatizadas estruturas do imaginário ocidental. Essa idealização, consolidada sobretudo a partir do século XIX, foi criticamente analisada por Elisabeth Badinter (1985), na qual a autora afirma que o amor materno, hodiernamente tido como instintivo, é, na verdade, uma construção cultural, histórica e política. Historicamente, a maternidade transformou-se em um instrumento de controle social das mulheres,

atrelando suas identidades ao papel exclusivo de cuidadoras e reprodutoras de uma ordem social conservadora. Filósofos e médicos, por vezes, sustentaram essa construção por meio de argumentos biologizantes. Entretanto, como destaca Badinter (1985), durante grande parte da história moderna europeia, o cuidado direto com os filhos não era considerado uma obrigação moral. No Antigo Regime, por exemplo, a prática do aleitamento mercenário era comum:

das 21 mil crianças que nascem anualmente em Paris, apenas mil são amamentadas pela mãe. Outras mil, privilegiadas, são amamentadas por amas-de-leite residentes. Todas as outras deixam o seio materno para serem criadas no domicílio mais ou menos distante de uma ama mercenária. São numerosas as crianças que morrerão sem ter jamais conhecido o olhar da mãe. As que voltarão, alguns anos mais tarde, ao teto familiar, descobrirão uma estranha: aquela que lhes deu à luz. Nada prova que esses reencontros tenham sido vividos com alegria, nem que a mãe tenha se apressado em saciar uma necessidade de ternura que hoje nos parece natural (Badinter, 1985, p. 68).

A autora aponta que uma "revolução das mentalidades" é incentivada no fim do século XVIII, mesmo que os comportamentos tardassem a se modificar, evocando o mito do instinto e incentivando o aleitamento e o amor materno como valores naturais e sociais, favoráveis à espécie e à sociedade. Para convencer as mulheres, usaram-se promessas de beleza e felicidade, condenação moral e religiosa ou médica, argumentando risco de morte por retenção de leite ou outras afecções apontadas pela “ciência”:

Sem contar as ‘afecções agudas e crônicas das glândulas mamárias, as febres graves das metroperitonites, as afecções do útero’. [...] Essa trágica descrição dos riscos corridos pela mãe má mostrava que a natureza sabia se vingar cruelmente das mulheres que lhe desobedecessem. Mas a natureza não era a única a castigá-las. O abandono do aleitamento materno é apresentado por todos, não apenas como um erro de regime, mas também e sobretudo como um pecado contra Deus, uma ação imoral (Badinter, 1985, p. 197).

Badinter (1985, p. 198) ainda aponta que “no século XVIII a condenação moral substituirá a condenação teológica. O abandono do aleitamento materno é considerado uma injustiça cometida com o filho” ressaltando que é direito da criança acesso ao leite produzido. Com o tempo, essa visão se tornou cada vez mais internalizada, sendo imposta como padrão ideal: a mulher deveria se sacrificar sem questionamento. Essa exigência cultural é reforçada posteriormente pela medicina e pela psicanálise, como na obra de Freud, que atribui à mãe um papel central no desenvolvimento físico e psíquico do filho. Segundo Badinter (1985, p. 238), “Rousseau e Freud elaboraram ambos uma imagem da mulher singularmente semelhante [...]: sublinham o senso da dedicação e do sacrifício que caracteriza, segundo eles, a mulher ‘normal’”.

Morra, amor avisa: a maternidade nem sempre é bela

Na contemporaneidade, a literatura expõe a irrealidade da imagem idealizada da mulher, expondo as angústias, frustrações e a sensação de despertamento ao papel materno, desafiando o clichê e revelando a busca por uma nova ordem familiar que reconheça o amor materno como um sentimento construído, e não um dever natural feminino.

Essa perspectiva é explorada na obra literária *Morra, Amor*, de Ariana Harwicz, publicada originalmente em 2012 e editada no Brasil em 2019. A autora argentina representa a maternidade não como um dom instintivo, mas como experiência opressiva, marcada pela solidão, pelo esgotamento físico e emocional e pelo apagamento subjetivo da mulher. Como analisa Amanda da Silva Oliveira (2022, p. 122), “A inaptidão de desempenhar o suposto papel de mãe exemplar sufoca a personagem protagonista, [...] pois não consegue mais se reconhecer como sujeito”. Assim, a maternidade é representada, ali, não como experiência instintiva, mas através de um apagamento subjetivo da mulher e de suas vontades, que fervem na escrita em fluxo de pensamento.

Como bem analisa Dafna Hornike:

O texto joga com esses polos de amor e perigo, e assim provoca uma leitura atormentada, cheia de horror. As declarações da protagonista de que ela não irá machucar o bebê são acompanhadas repetidamente por imagens de facas, vidro quebrado, carros velozes e o choro do bebê que fica sozinho várias vezes. Ela está totalmente isolada em seu próprio mundo, povoado por imagens surrealistas que são lidas com medo. Buscando pistas para a saúde do bebê, nos alivia descobrir que são nada mais que ilusões, e assim os delírios da mãe são a única desculpa que pode acalmar nosso horror (Hornike, 2023, p. 5, tradução própria).

A escrita de Harwicz rompe com a suavidade normalmente associada à figura materna com descrições sexuais explícitas e com rompantes de sadismo. A linguagem utilizada pela autora na construção do romance é um dos elementos que mais contribuem para a sensação de estranhamento e tensão. Harwicz opta por uma estrutura fragmentada, sem marcação clara de falas ou pensamentos, fazendo com que a narrativa deslize entre a realidade e a imaginação da personagem. Essa escolha formal não é apenas estética, mas funciona como uma representação da desorganização emocional da protagonista.

Os pensamentos se atropelam, as imagens se sobrepõem e, ao leitor, resta lidar com esse fluxo de consciência desestabilizador, que espelha o colapso psíquico vivido após o parto. O que se produz, portanto, não é apenas uma história sobre a rejeição da

maternidade, mas a vivência do maternar como algo que dissolve a identidade e embaralha os limites entre o eu e o outro. A personagem fala de maneira crua sobre seu esgotamento:

Parece que o bebê fez cocô e tenho que ir comprar o bolo do mesversário dele. Outras mães com certeza preparam elas mesmas o bolo. Seis meses, dizem que não é igual a cinco ou sete. Toda vez que olho pra ele me lembro do meu marido atrás de mim, quase gozando nas minhas costas, quando deu na telha dele me virar e entrar, no último segundo. Se não fosse esse gesto de me virar, se eu tivesse fechado as pernas, se tivesse agarrado o pau dele, não teria que ir à padaria comprar o bolo de creme ou de chocolate e as velinhas, meio ano já. As outras um segundo depois de parirem dizem, já não imagino minha vida sem ele, é como se ele estivesse sempre estado comigo, pfff. Já vou, amor! Quero gritar, mas me afundo mais ainda na terra sulcada (Harwicz, 2019, p. 9).

Em um dos trechos incômodos, a personagem confessa: “Notei, como notaria alguém que descobre que lhe falta um braço ou um olho, que já não sinto amor por meu filho” (Harwicz, 2019, p. 113). Em outro momento, a autora expõe a viabilidade sadista:

E, se eu quiser deixar meu bebê no carro debaixo de uma sensação térmica de quarenta graus, eu deixo. E não me venham com essa de que é ilegal. Se eu quiser escolher a ilegalidade, se eu quiser me tornar uma dessas tantas congeladoras de fetos, eu me torno. Se eu quiser ir para a cadeia por vinte anos, ou fugir, isso também é uma possibilidade (Hawicz, 2019, p. 18).

Esses trechos produzem um desconforto deliberado no leitor, tensionando a crença na universalidade da ternura materna e na própria preocupação pela criança que não é amada. Portanto, não há apenas a tensão entre amor e repulsa, mas, como propõe Badinter (1985, p. 130), “a imagem da mãe monstruosa é tão forte porque ela representa a negação do que a sociedade quer impor como verdade absoluta: o amor materno”.

Ao longo da narrativa, a crise e inclinações à “loucura” vivenciada pela protagonista, à leva para um manicômio. Para Dafna Hornike, a representação da loucura aponta para a tensão entre a visão social da maternidade e a crise mental que esta mãe enfrenta. Sendo, portanto, o “seu último esforço para resolver a polaridade que experimenta, de encontrar uma maneira socialmente aceita de se encaixar na família heteronormativa típica” (Hornike, 2023, p. 5). De acordo com a autora, o ápice ocorre no segundo aniversário do filho, em uma cena que contrasta a felicidade esperada com o medo e a dor. A protagonista então decide ir embora, rompendo com o modelo tradicional de mãe abnegada. Seu ato de deixar o filho não é visto como altruísta, mas como uma decisão consciente de que não é digna de cuidar dele, o pai é quem deve assumir essa responsabilidade (Hornike, 2023).

Parece que a protagonista reivindicou seu sentido de ser separado, um sujeito independente com seus próprios sentimentos e desejos, já não perseguido por imagens de facas e sangue. Não é um esquecimento tranquilo que apaga o passado, mas uma imensa tristeza que a acompanha a todo momento. Nesse sentido, a liberação de suas responsabilidades como mãe não a desfaz do ser materno, que continua sendo parte de sua subjetividade (Hornike, 2023).

Ao traduzir em forma literária a angústia de quem materna sob pressão, mas também o sadismo com pretensão de chocar a arena sagrada da maternidade, Harwicz reforça o que Badinter (1985) nomeia como “amor forçado”: a obrigatoriedade de amar, cuidar, sacrificar-se sem questionamento. A imposição desse ideal, segundo a autora francesa, requer uma repressão da mulher enquanto sujeito de desejos autônomos. O amor materno, quando imposto, apaga a complexidade da experiência feminina. Nesse livro, a protagonista subverte essa ordem, ciente da sua obrigação, mas com os pensamentos crus e transgressores. Não se trata de normalizar a exposição da criança ao risco, mas romances como esse buscam revelar que determinadas pessoas não possuem o desejo de concretizar a maternidade, assim, através de uma intensa sensibilização dos sentimentos do leitor, usa-se do choque como ferramenta para refletir sobre a maternidade para determinadas mulheres.

Outros pontos são percebidos na obra. A relação com a sogra é um exemplo. Não se trata de adotar a mãe de seu esposo como sua mãe, mas sim trazer os sentimentos de olhar para outra mãe e não compreender como ela desempenha o papel esperado por ela. Assim, são poucos os momentos em que ela consegue compreender algumas atitudes tidas pela personagem. Destacamos o cuidado que a sogra tem com ela em administrar um antidepressivo: “Como pode minha sogra falar tão baixinho, andar com passos tão curtos, ser tão comportadinha e oferecer um Prozac a uma futura mãe” (Harwicz, 2019, p. 18). Há o estranhamento com o comportamento da sogra justamente em um momento em que a personagem está buscando se compreender em meio a uma situação difícil enquanto a outra performa justamente o que se espera de uma mãe, dedicação à família.

Outro ponto em que a sogra é protagonista, é em um diálogo com o sogro apresentado por nossa protagonista:

O que você gostaria que fizéssemos com suas cinzas?, perguntou ao marido quando seus pulmões já não aguentavam. Hem?, disse, perdendo a audição. Quer que te enterremos ou te espalhemos, papai?, teve que gritar. Tanto faz ele respondeu. E não teve interesse em deixar isso, nem qualquer outra coisa, registrado (Harwicz, 2019, p. 23).

Há uma importância em se pensar no depois, nesse caso, na morte, pois demonstra preocupação com os que ficam. Quando o marido parte, recai sobre a esposa pensar nesse fim, ou para onde vão repousar seus restos mortais e a tarefa de organizar o velório acaba sendo dos filhos, mas principalmente cabe à viúva pensar sobre, porque agora ela será a “chefe da família”, mesmo que bastante observada pelos filhos.

No âmbito das tarefas familiares, observa-se que muitas responsabilidades ainda recaem sobre a figura da esposa-mãe, acompanhadas de cobranças sociais e afetivas. Ariana Harwicz, em sua obra, expõe de forma contundente o peso dessas demandas, revelando o desgaste emocional e a instabilidade que emergem desse lugar socialmente imposto à mulher. O fragmento a seguir ilustra, de maneira visceral, o esgarçamento das estruturas tradicionais da vida doméstica, ao destacar a posição da mulher no seio familiar e sua relação conflituosa com o espaço doméstico e com o marido:

“Que foi?, pergunta assustado o maridão ao ver mijo e cacos de vidro. Não é para menos, se eu fosse ele também me assustaria, mas eu sou eu e continuo sentada. Ele dá uma voltinha ao redor da mesa, uma olhada e me interroga. Já sei, digo. O que é que você sabe? Não me faça dizer, se digo que já sei já basta. E, na verdade, não O que você está fazendo aí sentada, não está vendo que o cachorrinho está fazendo xixi, pobre criatura. **Não está vendo que ele está pisando no vidro? Por que você está com a calça aberta?** Senti pena dele, casado com alguém com a calça aberta. Não posso?, pergunto. **Você sabe muito bem que não se trata da calça! Quero poder ficar com a calça aberta se quiser!** Vem, diz abrindo os braços. Não. Vem. Não. Porque não? Porque sim, não. Que faço, varro? Faça o que quiser. Você vai ficar aí? Sim. **Você poderia começar a cuidar melhor da casa!** Sabe o que encontrei na cozinha atrás da garrafa? Uma ratazana carcomida e minhocas, há quanto tempo nosso bebê come ali? E você, retruco. Para de bater cinza nas xícaras, nos pires, por exemplo, há quanto tempo nosso bebê come ali? Compra uns cinzeiros, então!” (Harwicz, 2019, grifo nosso).

No excerto transcrito, a fala da narradora não apenas desconstrói os códigos de comportamento esperados da maternidade e do casamento, como também escancara a ausência de sentido e a violência simbólica contida nas cobranças cotidianas. O trecho de Harwicz (2019) evidencia o conflito doméstico como espaço de opressão e resistência. A cena, permeada por imagens de sujeira, caos e desgaste emocional, simboliza a ruptura da personagem com o papel tradicionalmente atribuído à esposa e mãe. A calça aberta, gesto que para o marido é sinal de inadequação, transforma-se em expressão de liberdade corporal e de recusa às normas sociais que regulam o comportamento feminino. O diálogo marcado pela tensão mostra a mulher em confronto direto com a lógica de responsabilização exclusiva da mãe pelo cuidado da casa e da família, enquanto o marido, embora cobrador, também revela descuido. O diálogo atravessado por frases abruptas e

sem resolução reflete um embate surdo, em que a mulher não mais responde aos apelos de normalização, a calça aberta, o silêncio, o “não” repetido e sem justificativa, instaurando uma ruptura com os imperativos da domesticidade.

A tensão entre os personagens, especialmente diante de questões banais como o xixi do cachorro ou a sujeira da casa, revela o quanto a protagonista já não se submete às engrenagens de cuidado e zelo que, historicamente, foram atribuídas às mulheres. Como propõe Silvia Alexim Nunes (1991, p. 75), trata-se da recusa de um “programa de educação e controle feminino”, que visa disciplinar corpo e caráter para que a mulher se conforme às exigências da vida em sociedade. No caso da personagem, esse programa falha: há um corpo que não responde, uma presença que desobedece e um vínculo familiar que se transforma em campo de conflito, e não de afeto. Assim, o trecho ilustra de forma contundente como a escrita de Harwicz desmonta a imagem da “família triunfante” e revela seus subterrâneos de opressão e frustração.

Isso é relevante no contexto atual, ao ideal de maternidade ressurge sob novas roupagens, como é o caso da chamada “educação positiva”. Apesar de se apresentar como abordagem pedagógica progressista e centrada no respeito à criança, tal discurso frequentemente mantém a ligação mulher-mãe no centro da responsabilidade absoluta. A exigência por autocontrole emocional, disciplina afetuosa, escuta ativa e empatia constante recai, majoritariamente, sobre a figura materna, reforçando a lógica da culpa e da performance. Assim, mesmo com uma linguagem atualizada, a educação positiva atualiza os mecanismos históricos de vigilância sobre a maternidade.

No Brasil, a construção social da maternidade articulou-se de modo estreito com os discursos da medicina e da saúde pública. Conforme argumenta Nunes (1991), entre o século XIX e as primeiras décadas do XX, a medicina social brasileira reforçou a representação da mulher como responsável quase exclusiva pela reprodução biológica e moral da nação.¹ O corpo feminino passou a ser alvo de uma vigilância crescente por parte dos saberes médicos, que o associavam à fragilidade, à irracionalidade e à vocação natural para a maternidade. Nesse processo, práticas de cuidado, gestação e puericultura foram medicalizadas, reforçando a ideia de que a boa mãe era aquela que seguia as orientações científicas, higiênicas e morais do Estado e da medicina. Segundo Silvia Alexim Nunes (1991):

Em relação à senhora, à mulher de família, a questão que se coloca é a de resgatá-la da submissão total ao pai para um novo lugar dentro da organização familiar. A medicina se volta para essa mulher — que era mantida reclusa, desvalorizada e sem qualquer tipo de autonomia — e

passa a valorizá-la com esposa e mãe, como agente familiar do projeto médico e perpetuação e proteção da infância (Nunes, 1991, p. 51).

Esse discurso teve um papel crucial na consolidação de um ideal materno moderno no Brasil, alinhado ao que Michelle Perrot (1991) descreve para o contexto europeu, mas com particularidades locais marcadas pela desigualdade social, pelo racismo e pelas políticas de higienização urbana. Ao colocar a protagonista de *Morra, Amor* em confronto com essas tradições, mesmo que não diretamente localizadas, a análise evidencia como o sofrimento materno não é fruto apenas de uma vivência íntima, mas de um conjunto de normas históricas e institucionalizadas, que moldaram a maternidade como dever, controle e sacrifício.

Nunes (1991), ao analisar os discursos médicos e higienistas no Brasil do século XIX e início do XX, evidencia como o corpo feminino foi sistematicamente objeto de normatização por meio de uma pedagogia social que tinha como objetivo moldar mulheres “aptas” à vida em sociedade. Segundo a autora, tratava-se de “um programa de educação e controle feminino, que deve funcionar como mecanismo de disciplinarização de seu corpo e de seu caráter, com vistas a adestrá-los o melhor possível para a vida em sociedade” (Nunes, 1991, p.75).

Nesse contexto, a medicina social não apenas atuava sobre a saúde das mulheres, mas sobre seus modos de ser, pensar e agir, reforçando ideais de docilidade, submissão, pureza e vocação natural para a maternidade. A maternidade, assim, deixava de ser apenas uma experiência biológica e afetiva, para tornar-se uma função social rigidamente controlada, um dever inscrito nos discursos médicos, escolares e jurídicos, que buscavam adestrar a mulher para cumprir esse papel com obediência e sacrifício. Esse processo é fundamental para compreender como determinadas experiências maternas, como as que emergem na narrativa de *Morra, Amor*, não se afastam apenas de um ideal normativo individual, mas rompem com estruturas mais amplas de poder que organizaram historicamente a presença da mulher no espaço público e privado.

Considerações finais

Ao historicizarmos a leitura da obra *Morra, Amor*, desnudam-se as causas e os efeitos subjetivos da maternidade quando esta é vivida sob o peso de um ideal normativo. A protagonista, que não encontra espaço para o erro, para a ambivalência ou mesmo para o silêncio, se vê encravada por um modelo que exige abnegação e entrega irrestrita, sem jamais questionar o desejo ou as condições reais de quem materna. O romance evidencia, de forma brutal, a disruptura com o que se espera das mulheres: que sejam mães amorosas,

mesmo quando emocionalmente destruídas; que cuidem, mesmo quando ninguém cuida delas. E, sobretudo, que calem. A personagem de Harwicz, no entanto, não silencia, a sua mente grita descontentamento com tal postura. Sua recusa em desempenhar o papel da mãe ideal é, ainda que sem controle, um ato de ruptura.

Ao retratar a maternidade enquanto construção e não como instinto, Harwicz dramatiza, em linguagem ficcional, as consequências desse mito: ao naturalizar o amor materno como obrigação, a sociedade isola e culpa as mulheres que não se encaixam. A personagem de *Morra, Amor* não é apenas uma mulher em sofrimento, mas o reflexo de uma estrutura que exige que o maternar seja prazeroso, belo e constante, ainda que isso custe a saúde mental de quem o vive. Ao se recusar a performar a mãe ideal, ela desmonta o que há de mais frágil e opressor nesse imaginário: a suposição de que toda mulher deve, por natureza, desejar ser mãe, e amar incondicionalmente esse lugar.

Obras como *Morra, Amor* funcionam como contra-discurso ao silenciamento do mal-estar materno, abrindo espaço para a expressão de sentimentos ambíguos e experiências que não se conformam ao modelo da mãe ideal. Desse modo, a articulação entre teoria feminista e literatura revela a importância de desconstruir a imagem uniforme da maternidade. Reconhecer a maternidade como construção cultural e experiência múltipla é condição para libertar as mulheres do amor forçado e para repensar a maternagem fora do binarismo entre a mãe ideal e a mãe má. A escuta da experiência subjetiva, mesmo que por meio da ficção, é, portanto, um gesto político.

Ao confrontar o discurso idealizado da maternidade com a experiência literária apresentada por *Morra, Amor*, de Ariana Harwicz, este trabalho buscou tensionar as expectativas sociais que recaem sobre as mulheres que maternam. A protagonista do romance encarna, de maneira extrema e dolorosa, os efeitos subjetivos de uma maternidade imposta, vivida sem desejo ou encantamento, mas marcada pela culpa, pelo isolamento e pela recusa. Sua voz, caótica e violenta, rompe com o silêncio que historicamente envolveu o sofrimento materno, revelando uma realidade muitas vezes negada ou disfarçada em nome de um ideal inatingível.

Ao trazer à tona as contradições, angústias e fantasmas que atravessam o pós-parto, Harwicz não apenas denuncia a violência simbólica de um modelo que exige amor incondicional das mães, mas também abre espaço para que outras experiências possam ser legitimadas. Longe de ser um caso isolado de perturbação, a protagonista do romance é sintoma de uma estrutura social que glorifica o cuidado feminino, ao mesmo tempo em que o desvaloriza e isola quem o pratica.

Nesse sentido, o diálogo com as reflexões de Elisabeth Badinter (1985) contribuiu para historicizar esse modelo de maternidade, permitindo compreendê-lo como uma construção cultural e não como uma expressão espontânea da natureza feminina. Ao fazer uso da literatura como ferramenta de análise crítica, este trabalho propôs uma escuta atenta e sem filtros do que há de conflitante no maternar, especialmente quando este se torna obrigação, e não escolha. Reconhecer o sofrimento, o cansaço e a ambivalência como partes legítimas da experiência materna é um passo necessário para desmontar o mito da mãe ideal e abrir caminho para uma maternidade mais livre, honesta e possível.

Referências

- ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- ARÓSTEGUI, Júlio. *A Pesquisa Histórica: Teoria E Método*. Bauru: Edusc – Editora Universidade Do Sagrado Coração, 2006.
- BADINTER, Elisabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo: edição revista e ampliada*. São Paulo: Edições, v. 70, 2016.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. *Estudos Ibero-Americanos*, v. XXVIII, n. 1, p. 183-194, jun. 2002. Disponível em: <https://pucrs.emnuvens.com.br/iberoamericana/article/view/23794/14279>.
- DAMACENO, Nara Siqueira; MARCIANO, Rafaela Paula; DI MENEZES, Nayara Ruben Calaça. As Representações Sociais da Maternidade e o Mito do Amor Materno. *Perspectivas em Psicologia*, Uberlândia, v.25, n.1, p. 199-224, jan/jun. 2021.
- FIORIN, José Luiz. A NOÇÃO DE TEXTO NA SEMIÓTICA. *Organon*, Porto Alegre, v. 9, n. 23, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29370>.
- HARWICZ, Ariana. *Morra, amor*. São Paulo: Instante, 2019.
- HORNIKE, Dafna. Maternidad, locura y subjetividad: Tornar-se mãe e o impacto do terror em Matate, love, de Ariana Harwicz. *América*, [Online], n. 26, 29 jun. 2023. Disponível em: <http://journals.openedition.org/amerika/18309>.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. *Psicol. cienc. prof. [Online]*. 2004, vol.24, n.1, pp.44-55.

NUNES, Silvia Alexim. A medicina social e a questão feminina. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 1, p. 49-76, 1991.

OLIVEIRA, Amanda da Silva. A maternidade questionada em Morra, amor, de Ariana Harwicz. *Revell*, [S. l.], v. 3, n. 33, p. 114-135, dez. 2022. Disponível em: <http://www.revell.unisa.br/index.php/revell/article/view/1780>.

OLIVEIRA, Loraine Lopes de; MARTINIAK, Vera Lúcia. Liberdade, igualdade e democracia: o ideário republicano e a educação das mulheres no início do século XX no Brasil. *Educação & Formação*, v. 3, n. 9, p. 159-176, 2018.

PERROT, Michelle. A família triunfante. In:*História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PERROT, Michelle. Funções da família. In:*História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. *Cadernos pagu*, p. 81-103, 2002.

Artigo recebido em 04/09/2025

Artigo aprovado para publicação em 26/11/2025

Editor(a) responsável: Lais Pereira

¹ Cabe mencionar que a obra analisada emerge de um contexto argentino específico. Uma aproximação mais detida com a experiência brasileira poderia ampliar a discussão, propondo-se uma abordagem mais aprofundada neste sentido em trabalhos futuros.